

Um novo pacote contra os juros?

A notícia foi divulgada pelo deputado Ulysses Guimarães, mas o ministro Dílson Funaro garante: "não sei de onde apareceu tudo isso".

O governo está examinando um conjunto de oito a dez medidas, destinadas a combater a inflação e as altas taxas de juros e também com o objetivo de equilibrar a situação dos Estados e municípios, confirmou ontem em Brasília, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Já o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, negou que o governo pretenda promover uma reforma bancária ou tabelar os juros.

Ulysses Guimarães disse que as medidas estão em fase de "maturação" na área econômica e que caberá ao presidente Sarney anunciar as no momento oportuno, "depois da Semana Santa".

Líderes do PMDB informaram, contudo, que o governo tem estudos sobre uma "ampla" reforma bancária, envolvendo o tabelamento do spread, e que permitem a oscilação das taxas de juros de acordo com o índice da inflação. Dessa forma, os juros seriam corrigidos de acordo com a inflação, acrescido da taxa fixa do spread, que teria valores diferentes para cada região do País."Essa diferenciação é importante — explicou um líder peemedebista — para evitar que bancos maiores sejam beneficiados e os menores prejudicados."

Os líderes adiantaram, ainda, que o governo vai estimular a regionalização dos bancos, que passariam a ter funções sociais, "funcionando como bancos de desenvolvimento, investindo em atividades produtivas da respectiva região". Todas essas medidas, segundo eles, serão anunciadas nos próximos 20 dias.

O deputado Ulysses Guimarães, mesmo esquivando-se de revelar o conteúdo da reforma econômica em estudos no governo, afirmou que um dos objetivos de Sarney é fazer uma inversão na atual distribuição de gastos diretos e indiretos do consumidor.

"O Brasil não pode continuar sendo um país onde quem paga mais é sempre o pobre, quem paga os custos da máquina administrativa é pobre, por meio de impostos diretos ou indiretos".

Ele exemplificou que um cidadão que vai comprar um litro de leite, um sapato, pode ser milionário, pode ser pobre, que paga a mesma coisa de ICM e de outros impostos. "Temos que fazer uma inversão, é um dos dados que posso dar a vocês" — disse ele.



Ulysses: novo pacote.



Funaro: sem pacote.

Funaro nega pacote

"Não há reforma bancária, não há tabelamento de juros, não há absolutamente nada nestes feriados. Não sei de onde apareceu tudo isso." Assim o ministro Dilson Funaro reagiu ontem às 21 horas à notícia de que o governo estaria preparando um "pacote financeiro" para lançar amanhã aproveitando o feriado bancário na sexta-feira e na segunda-feira da semana que vem.

Funaro disse que há uma reforma bancária em estudos desde 1976 ou 77, mas negou que ela esteja para ser anunciada. "Não se faz uma reforma bancária em feriado.



Isso é um processo muito longo", explicou o ministro.

Ontem foi um dia de boatos em Brasília, depois que o líder Luís Henrique e o presidente do PMDB Ulysses Guimarães anunciaram que o governo preparava medidas fortes para conter os juros.

O presidente do Banco Central, Francisco Góes, também desmentiu qualquer novidade na área financeira, ao chegar ao Ministério da Fazenda no início da noite. Góes disse que os juros já estão caindo e espera que continuem assim.

Não há pacotes de juros, nem reforma bancária para ser anunciada nos feriados da Semana São

ta, afirmaram ontem assessores do ministro da Fazenda. Para eles, o mercado já começou a reagir às medidas de liberação do crédito adotadas nas últimas semanas. Por isso, não faria sentido tabelar juros, no momento em que eles começam a cair.

No Ministério da Fazenda, onde estariam sendo preparadas as medidas, a assessoria de Funaro repetia o que o próprio ministro tem dito em suas últimas entrevisas: a hora é de devolver dinheiro ao mercado, depois do aperto monetário do início do ano, necessário para cortar a ameaça de hiperinflação.

A intenção do governo, segundo um assessor, é continuar a dirigir o crédito para setores específicos, através da abertura de linhas do Banco Central. Só este mês, por exemplo, há 33 bilhões de cruzados para a agricultura, dos quais cerca de 20 só para compra da safra, além de 15 bilhões para capital de giro de pequenas e microempresas.

Essa seria a principal medida para forçar a baixa dos juros, segundo o assessor. Ele explica que, mesmo chegando ao mercado por um canal dirigido, o dinheiro des-

ses créditos, em um segundo momento, continua a circular, e em última análise contribui para "afrouxar" o mercado. Dessa forma, completa o assessor, o governo repõe em circulação parte da moeda que está sendo retirada do mercado pelo processo de recomposição das poupanças queimadas na explosão do consumo do Plano Cruzado.

Os primeiros resultados já aparecem, afirma a fonte. Os juros do mercado financeiro caíram cerca de nove pontos na semana passada, refletindo a competição menor pelos recursos disponíveis. A assessoria da Fazenda não confirma nem uma forma mais branda de tabelamento, também levantada ontem, que fixaria apenas as margens dos bancos sobre as taxas de captação. O governo não faz mais pacote, é o que dizem os assessores.

Relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) propôs ontem, à Assembleia Nacional Constituinte a proibição expressa da cobrança de taxas de juros reais (acima da inflação) superiores a 12% ao ano, em qualquer hipótese, tanto a pessoas físicas como jurídicas.